

Desemprego estrutural

Helio Duque

O desemprego no Brasil sempre foi alto. Atualmente chegando a 13 milhões de trabalhadores, a mídia nacional e os comentaristas economia registram essa realidade. Na sua origem está a crise política e socioeconômica que levou à recessão, fruto de políticas econômicas equivocadas que aprofunda o desastre. O IBGE pesquisa mensalmente o emprego em 6 regiões metropolitanas, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador.

Nos últimos 15 anos (2003-2017), o IBGE pesquisou ano a ano o número de desempregados no Brasil. A taxa média no período demonstra que 8,5 milhões de trabalhadores permaneceram desempregados, mesmo nos momentos de crescimento econômico, o desemprego estrutural é brutalizador. A mídia em geral e os comentaristas econômicos, ao enfatizar o número de 13 milhões de desempregados, transmitem à população realidade parcial, ignorando que, na última década e meia, o Brasil conviveu com a média de 8,5 milhões de desempregados. Pleno emprego sempre foi ficção.

A existência dessa brutalidade social tem origem numa economia fechada à modernização e extremamente liberal na concessão de privilégios. Agravada com a introdução de novas tecnologias em que a execução do trabalho limitou a ocupação braçal, precarizando o emprego tradicional. Na classe média, o trabalho autônomo por conta própria, no qual você é o seu patrão em todo o mundo (inclusive no Brasil) vem crescendo. No chamado mundo desenvolvido, calcula-se que 70% das suas economias estão no setor de serviços. O pequeno e o médio empreendedorismo vêm lançando uma nova fronteira do emprego com o alijamento do mercado de trabalho tradicional. No Brasil a precarização do sistema educacional e o elevado número de baixa formação agrava o desemprego.

Não se pensa o País, sejam os governantes ou os principais agentes privados, no longo prazo. O Brasil é administrado, no público e no privado, em formulações econômicas do curto e médio prazo. Isso é fatal para o desenvolvimento. Sendo uma das maiores economias do mundo, falta audácia para se lançar numa política permanente de desenvolvimento, enxergando com realismo os potenciais de crescimento interno e inserção no comércio mundial.

A OCDE (Organização Mundial do Comércio), analisando os principais mercados exportadores e importadores, classificou os 30 principais países. No "ranking dos exportadores" a China participa com 12,8%; os EUA, 8,7%; Alemanha, 8,2%; Japão, 3,9%; Holanda, 3,7%; Coréia do Sul, 3,2%; França,

3,0%; Itália, 2,9%; Reino Unido, 2,5%. O Brasil ocupa o 26º lugar com presença de 1,2% ao lado do Vietnã que tem os mesmo 1,2%. No "ranking dos importadores", a participação de mercados dos EUA é de 13,4%. Seguido da China, 10,2%; Alemanha, 6,5%; Japão, 3,7%; Reino Unido, 3,6%; França, 3,5; Holanda, 3,2%; Coreia do Sul, 2,7%; Itália, 2,5%. O Brasil ocupa o 29º lugar com 0,9% e o Vietnã com 1,2%. Os números revelam que somos marginais nos mercados importadores e exportadores mundiais.

Na América Latina, o México com exportação de 409 bilhões de dólares, ocupa a 13ª posição e na importação a 13º posição com 423 bilhões de dólares. No Brasil as exportações, em 2017, faturaram 218 bilhões de dólares e as importações 157 bilhões de dólares. Não lideramos o comércio mundial nem na latino América. Exportação de commodities agrícolas e minerais, com permanente oscilação de preços, não é suficiente para garantir ao Brasil presença expressiva nos mercados mundiais.

Acrescente-se a essa realidade a taxa baixíssima de investimento público e privado responsável pela infraestrutura. Agrega-se o baixo valor dado à educação na formação profissional e uma economia fechada e projecionista. Nisso reside a origem do porque a taxa de desemprego estrutural é intocável e permanente na economia brasileira.

Hélio Duque é doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi Deputado Federal (1978-1991). É autor de vários livros sobre a economia brasileira.